

R E V I S T A

ISSN 2764-3867

CONHECIMENTO & CIDADANIA

VOL. 1 | N° 14 - JUNHO 2022

As fissuras da
humanidade

Revista Conhecimento & Cidadania

Editorial

Pedro Costa – Editor-Chefe

Munique Costa – Editora Adjunta

Produção e Designer

Edson Araujo

Munique Costa

Pedro Costa

Redação

Edson Araujo

Pedro Costa

Munique Costa

Colunistas

Edson Araujo

Leandro Costa

Mauricio Motta

Pedro Costa

Danielly Jesus

Charges

Patrício Eduardo Dias

O conteúdo do **Caderno ABRAJUC** é de propriedade intelectual e responsabilidade exclusiva da Associação Brasileira de Juristas Conservadores, a Revista Conhecimento & Cidadania, acreditando na relevância ímpar do trabalho e valores da instituição, não faz quaisquer alterações ou deliberações acerca do conteúdo.

O conteúdo do **Caderno Direito nas Escolas** é independente e não tem correlação direta com a linha editorial da Revista Conhecimento & Cidadania.

Todas as entrevistas são previamente consentidas e guardam fidelidade com as declarações dos entrevistados.

O conteúdo desta edição foi produzido por **voluntários** que autorizaram a publicação de seus trabalhos, **não sendo remunerados**, sendo-lhes garantida a menção de autoria.

Revista Conhecimento & Cidadania

Vol. I – Nº 14 – Junho de 2022

Rio de Janeiro – RJ

Curso Menezes Costa – CNPJ 28.814.886/0001-26

ISSN 2764-3867

As fissuras da humanidade

Por Leandro Costa



Um castelo é uma figura, em regra, imponente que abrigava os senhores de outrora, por vezes tal construção era a sede de uma cidade ou mesmo de um reino. Em sua grande maioria, aglutinavam em suas construções o maior conforto possível e as defesas necessárias. “[A principal função de um castelo não era servir de residência para o senhor feudal, mas sim como uma construção fortificada para proteger o feudo](#)”.

Independente da busca por uma vida mais confortável, os primeiros castelos tinham como fim a proteção daqueles que o habitavam, era uma fortaleza que, garantia a segurança de muitos, ou seja, a primeira necessidade que atendia era a proteção, sendo certo que é um anseio essencial do ser humano.

A estrutura tem o condão de proteger e, por isso, trata-se de uma construção cuja resistência traduz-se na estabilidade e na resistência, sendo uma fortificação que inspira a sustentação daquele grupo

que nela se abriga. O castelo deve ser erguido para suportar ataques e servir de couraça, assim senso, sua rigidez é a sua principal característica.

Um castelo frágil não é imprestável em sua essência, mantendo seus ocupantes desprotegidos, logo, surge a ideia de que os castelos de areia, normalmente cópias ornamentais frágeis, incapazes de se sustentar, não fazem jus ao ideal de confiança que tais construções devem ter. Não faz sentido habitar castelos de areia, posto que, carecem justamente da estabilidade e robustez.

Uma conhecida obra é o castelo no [Monte Saint-Michel](#), uma homenagem ao Arcanjo Miguel, que fica localizado ao norte da França em uma baía homônima cujas águas refletem sua exuberância. Por mais que tal edificação pareça flutuar sobre a superfície quando da maré alta, estas se sustentam na rocha que é nomeada em nome do anjo.

“Crê-se que a história da abadia do monte Saint-Michel remonte a 708, quando Aubert, bispo de Avranches, mandou construir no monte Tombe um santuário em honra a São Miguel Arcanjo Saint-Michel. No século X, a Abadia serviu de residência aos monges Beneditinos e assim deu lugar ao crescimento de uma pequena vila ao seu redor.

Durante a Guerra dos Cem Anos, entre França e Inglaterra, o Monte Saint-Michel foi uma fortaleza impenetrável, resistindo a todas as tentativas inglesas de tomá-lo, transformando-se, desta forma, num símbolo de resistência da identidade nacional francesa.

Após a dissolução da ordem religiosa, por ocasião da Revolução Francesa, de 1789 até 1863, o Monte foi utilizado como prisão.

Declarado monumento histórico em 1987, o local figura desde 1979 na lista dos Patrimônios Mundiais da UNESCO”.

O Arcanjo Miguel, por sua vez, destacou-se por lutar contra o líder dos decaídos, empunhando uma arma, não uma flor, mas o fazendo em defesa do bem.

Fortificações precisam estar protegidas contra quaisquer danos, caso contrário, qualquer fresta pode ser explorada por um possível agressor, fazendo com que o ponto enfraquecido seja alvo até que permita a penetração na edificação ou, em um cenário mais dramático, faça com que a estrutura venha a ruir.

A teoria das janelas quebradas prega que o abandono é permissivo para com a violência e a delinquência, a lógica seria simples ao deixar um prédio ou veículo abandonado em um lugar, sem o devido zelo, de maneira que uma janela fosse quebrada por um vândalo e não houvesse sua substituição, estabeleceria uma impressão de abandono. Isso incentivaria, ou ao menos deixaria de inibir, novas ações depredatórias, logo, mais indivíduos ficariam à vontade para destruir o objeto abandonado.

Esta experiência pode ser facilmente observada no cotidiano, quando em uma cidade ou bairro é comum que pessoas joguem lixo de forma indiscriminada ao solo, ou ainda, quando um terreno baldio é usado como local de descarte, resultando na aceitação por parte dos que se encontram próximos em tal prática.

Com base em tal teoria, deduziu-se que o devido zelo inibe a prática de pequenos delitos e a resposta enérgica aos desvios de menor potencial acabam por reduzir de forma considerável condutas mais graves. Assim sendo, em alguns lugares dos EUA foi adotada a política de tolerância zero, reprimindo pequenos delitos e reduzindo a prática de infrações penais mais graves.

O político Rudolph William Louis Giuliani [adotou tal teoria](#), “sugerida em 1982 pelo criminologista James Quinn Wilson, e também conhecida como Tolerância Zero. Segundo a proposta, manter a ordem nos ambientes urbanos é essencial para frear o vandalismo e não permitir espaços propícios para crimes graves”.

Segundo o citado político, “Se você vê uma janela quebrada na rua e não a conserta logo, no outro dia aparecerão mais vidros quebrados e, quando se der conta, a situação fugiu ao controle, porque nada foi feito quando ainda se tratava de um assunto de menor importância”.

A teoria das janelas e sua aplicação prática, evita que exista um ambiente propício à criminalidade, uma espécie de terreno fértil, como ocorre nas favelas do Rio de Janeiro. De fato, o político conseguira reduzir substancialmente os índices de violência em Nova Iorque durante sua gestão.

Manter a ordem, não sendo tolerante com os menores desvios acaba fazendo com que a sociedade aceite punições graves em face dos que praticam infrações mais graves, entretanto, o que se observa nos dias atuais é a condescendência deliberada com criminosos, independente da gravidade de suas ações.



Vivemos em uma era de relativismo moral, e até mesmo cognitivo, que não há uma distinção clara entre uma contravenção penal e um crime hediondo, o que importa é se há uma “licença” para delinquir, o que é afeta a determinados grupos e pessoas.

Por outro lado, a teoria da ladeira escorregadia pressupõe que pequenas concessões morais e legais podem abrir espaço para que se pratique um mal maior, rompendo uma espécie de lacre para que as forças do mal invadam o castelo que sustenta a humanidade. Não há como afastar a ideia do chamado efeito borboleta, entretanto o efeito borboleta credita ao caos um resultado imprevisível em relação ao movimento original, sendo a primeira ação a responsável por todas as demais, todavia, não se trata de um início preordenado de atos, uma vez que, a cadeia de eventos não começa em uma ação deliberada que busca promover um fim já imaginado pelo seu autor.

No que diz respeito a ladeira escorregadia, não há como supor que o acaso é o responsável pelos desdobramentos resultante da primeira ação, havendo uma clara motivação final desde as primeiras ações. Tal teoria aponta que ao conceder algo que pode ser encarado como inofensivo, permite-se que, em um cenário futuro, se desdobrem consequências realmente gravosas, que, em verdade, estava nos planos daquele que perpetrara as primeiras ações, o que era ignorado por quem permitira sua, até então, nada ameaçadora empreitada.

Claro que os revolucionários tentam tratar tal teoria como uma elucubração de teóricos da conspiração, levando ao descrédito qualquer um que busque apontar consequências danosas futuras daquilo que se apresenta como uma pequena concessão.

Por falar em teoria da conspiração, argumento abominável que tem como objetivo afastar qualquer linha argumentativa com base na rotulação daquele que apresenta como louco ou como uma invenção delirante. Assim sendo, ao afirmar que determinada tese é uma teoria da conspiração, busca-se uma forma de encerrar uma questão sem contrapor as afirmações, evadindo-se de um debate que poderá se aprofundar de maneira desagradável àquele que busca agir de forma furtiva.

Não obstante, tornou-se uma forma simples de esconder fatos, esquivando-se de uma afirmação ao atribuir uma visão transloucada aos denunciante, tal manobra encobriu por anos o Foro de São Paulo, organização revolucionária latino-americana que atualmente é de conhecimento geral. Nem mesmos os membros da malfadada organização negam sua existência nos dias atuais, entretanto, qualquer um que ousasse apontar a sua existência há pouco mais de uma década, era considerado um teórico da conspiração e seus argumentos atirados em um sóbrio desfiladeiro do esquecimento.

Atualmente, com base em uma produção acadêmica viciada e, conseqüentemente, na pseudociência, aqueles que tentam se opor a uma narrativa coordenada são tratados pela alcunha de negacionistas, uma nova roupagem para o teórico da conspiração, uma vez que, fez-se necessário um

novo tal tratamento, justamente por conta de que algumas “teorias da conspiração” terem se confirmado com o passar do tempo.

A simples indicação de que terapias genicas estão sendo administradas de forma indiscriminada com outro nome no combate a pandemia, mascarando assim a sua real natureza, resulta na rotulação de negacionista, em que pese, não há quem consiga refutar tal alegação. Eis a lógica em tratar como loucos aqueles que apontam verdades inconvenientes ou mesmo possibilidades que precisam ser encobertas.

Mantendo a hegemonia da informação em grupos ligados aos senhores revolucionários, tem-se o monopólio da verdade, ainda que seja uma farsa, havendo um resultado extremamente perigoso, no qual, as narrativas, ainda que frágeis, não podem ser derrubadas por serem obstruídos os meios de obtenção de informações que se contrapõem ao monólogo midiático.

Acusar a teoria da ladeira escorregadia de ser uma falácia para negar pequenas concessões, é uma forma de impedir o debate sobre as consequências futuras das ações. Nada mais sendo que, olvidar-se do debate honesto uma vez que, encobre-se uma possível real motivação por parte de um grupo ou agente.

Na melhor das hipóteses, aquele que tenta colocar em descrédito os alertas acerca da ladeira escorregadia, está desprovido de argumentos que possam sustentar suas paixões, precisando escamotear-se através do perigoso terreno da defesa meramente evasiva, sendo posteriormente flagrados em suas mentiras. Como bem trazido à luz pela sabedoria popular, “a mentira tem pernas curtas”, não podendo fugir por muito tempo.

Por outro lado, temos os arautos da revolução, seres que, independente de estarem abertamente encobrendo a verdade de suas intenções, agem com total consciência do mal que propagam, sendo assim, apresentam suas abjetas propostas de forma gradual e dissimulada. São capazes de alterar seu discurso sem o menor pudor.

Tais nefastos asseclas do autointitulado progressismo conseguem negar o óbvio por trás das ações de seus pares e mestres, como se somente loucos acreditassem que desarmar o povo fosse um preságio para o controle e supressão das liberdades, fingindo ignorar que os regimes socialistas e nazista, redundância proposital, tivessem agido de tal forma.

Mentem para que ideias como aborto avancem cada vez mais, mas são incapazes de expor sua vontade, entretanto, assim que avançam passam para a próxima fase, chegando, inevitavelmente, ao ponto que foi alertado desde o início por aqueles que rotularam como “conspiracionistas”. Indivíduos que abriram os olhos e tentaram alertar seus pares quanto aos planos abissais que espreitavam.

Vivemos em um cenário dantesco em que falar a verdade tornou-se crime, pois, concessões foram feitas em nome de respeito, amor ao próximo e inclusão, mesmo que muitos alertassem, ainda que

chamados de loucos. A perseguição torna-se flagrante, estando os revolucionários cegos o suficiente para atropelar qualquer um e autoconfiantes ao ponto de expor sua prepotência.

Não podemos deixar que as fissuras no castelo da humanidade destruam tudo aquilo que foi construído em toda nossa história. Independente de conservarmos as janelas e substituirmos as quebradas, é indispensável fechá-las ao mal, para que não tenhamos mais avanços revolucionários que destruirão toda a sociedade em busca de seu sonho utópico que nada mais é que um pesadelo movido à mentira, inveja e poder.

A armadilha revolucionária está em cada uma de suas pautas e as consequências danosas que trarão em um futuro breve, seja a forçosa castração da verdade ao assassinato de pessoas indefesas, o poder para os agentes do caos é a única moeda que os importa e, tudo indica, só pode ser obtida ao custo de sangue humano.

Aos falsos defensores dos direitos humanos e aos que ainda não conhecem bem o tema, deixo aqui uma pequena lembrança:

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948.

Artigo 18

Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; esse direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença pelo ensino, pela prática, pelo culto em público ou em particular.

Artigo 19

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Colunas

Nossas colunas foram escritas por:

Edson Araujo

Palestrante, estudante de filosofia e teologia

Mauricio Motta

Professor licenciado em História Pós-graduado em História do Brasil

Danielly Jesus

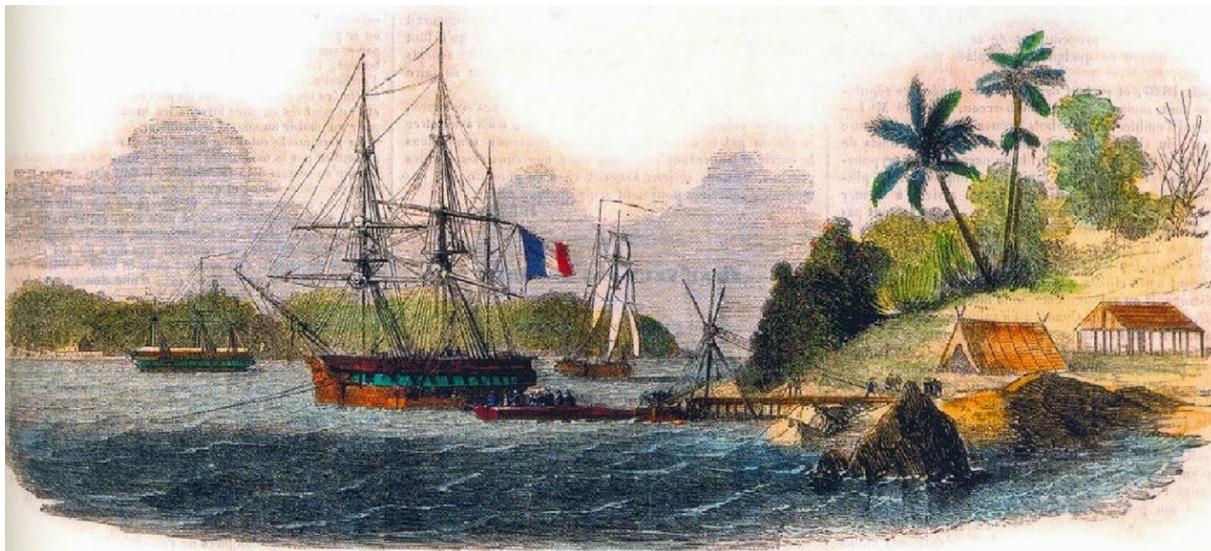
Jornalista (DRT), YouTuber, podcaster (Cafe com Dani no Spofy), escrevo para os sites Mundo Conservador e PHVox, sou radialista na web rádio Atroz FM

Leandro Costa

Editor-chefe, Servidor público, Advogado impedido, Professor, Analista político, Diretor de Editoração e Publicações da ABRAJUC

JE T'AIME BRÉSIL

Por Maurício Motta



As relações entre o Brasil e a França sempre aparentaram cordialidade, diplomacia e polidez, porém, desde a posse de Jair Bolsonaro o clima ficou quente e as chamas parecem ter devastado a antiga paixão que unia os dois países. Será verdade? Será que sempre tivemos as mais saudáveis relações com os franceses? Como parte do Brasil quase teve o francês como idioma? Como a França ajudou o Brasil a se tornar independente de Portugal? A França tem um caso de “amor” com o Brasil quase tão antigo quanto a nossa própria história, mas o que sabemos sobre isso?

Em 1494 o Tratado de Tordesilhas havia dividido exclusivamente entre Espanha e Portugal a posse das terras descobertas em 1492, ou as que viessem a ser descobertas posteriormente. Entremontes, o rei Francisco I da França com profunda ironia questionava aquela divisão com a seguinte pérola: *“Eu gostaria de ver a cláusula do testamento de Adão que me exclui da partilha do mundo”*. As palavras de Francisco I não seriam ditas em vão. Em verdade, incentivados, apoiados e algumas vezes financiados, franceses se lançaram ao mar para recolherem sua parte da herança adâmica.

O contato dos franceses com nossas costas ocorreu ainda no século XVI. Entre 1503 e 1505, Paulmier de Gonneville navegou pela costa do nordeste, tendo avançado ao menos até Porto Seguro. O carregamento de seu navio (L’Espoir) era composto basicamente de Pau-Brasil que foi apreendido por corsários em sua passagem pela ilha Jersey, no Canal da Mancha. Giovanni Verrazano, um navegador italiano a serviço da coroa francesa, também esteve no Brasil em 1527 em busca de Pau-Brasil.

O período entre 1500 e 1530 não foi de grande interesse para a coroa portuguesa no que tange à exploração econômica das potencialidades das novas terras. Fato é que o comércio de especiarias

orientais era objetivamente lucrativo, e tal questão de prioridades fazia nosso litoral permanecer desguarnecido, visto que naqueles trinta anos apenas quatro expedições portuguesas patrulharam o litoral brasileiro: 1501 comandada por Gaspar de Lemos; 1503 comandada por Gonçalo Coelho; 1516 e 1526 lideradas por Cristóvão Jacques. Todas insuficientes para impedir ou mesmo diminuir a interação entre nativos e franceses, e o conseqüente tráfico de Pau-Brasil.

A partir de 1530 com Martim Afonso de Sousa e cerca de quatrocentos homens e algum planejamento, o litoral passa a ser mais bem guarnecido, tendo especial atenção ao litoral do Maranhão, de Pernambuco e São Paulo. Naquele momento a presença francesa era constante e sua associação com tribos locais, como os Tupinambás, ampliava ainda mais sua relevância. Outro ponto que fazia dos conquistadores franceses um risco real à manutenção da posse da terra, era que as relações entre franceses e nativos eram comerciais e amistosas, algo diferente do contato com os portugueses, vistos às vezes como invasores, algumas vezes como escravizadores e eventualmente como aliados, a depender da tribo a que se refira.

Em seu livro “Duas Viagens ao Brasil”, em 1554 o alemão Hans Staden informava que “*os franceses vêm anualmente com seus navios. Trazem facas, machados, espelhos, pentes e tesouras. Eles (os índios) lhe dão em troca pau-brasil, algodão e outras mercadorias, como plumas e pimenta. Eles são pois bons amigos*”.

Em 1554, Nicolas Durand de Villegagnon, oficial naval francês esteve na região de Cabo Frio, onde pôde reunir informações suficientes quanto a organização e localização de fortificações, rotas e rotinas dos colonizadores portugueses, o que serviu para elaborar um plano de ocupação definitiva da região da Baía da Guanabara, no que viria a ser futuramente o Rio de Janeiro. A região era evitada pelos portugueses em razão da hostilidade dos nativos, o que facilitava bastante o estabelecimento militar, ou seja, inimigos de meus inimigos, são meus amigos. A ilha de Serigipe ou das Palmeiras (segundo os nativos e portugueses respectivamente) foi escolhida para a construção do Forte Coligny, servido de baterias voltadas para a boca da barra da Baía de Guanabara. Com o apoio dos índios Tamoios e Tupinambás, os novos colonizadores se estabeleceram na região da Praia do Flamengo. O empreendimento conhecido como França Antártica perdurou de 1555 a 1570 quando os portugueses conseguiram vencer os últimos franceses na Batalha de Cabo Frio. Ainda em 1565 os portugueses fundaram a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro com o objetivo de consolidar sua presença e segurança na região. A posição escolhida era estrategicamente especial para a vigilância e defesa da ocupação: entre o Pão de Açúcar e o Morro Cara de Cão. Nas palavras de Estácio de Sá: “*Levantemos essa Cidade que ficará por memória do nosso heroísmo, e de exemplo de valor às vindouras gerações, para ser a Rainha das Províncias e o Empório das riquezas do mundo*”.

Estaria longe de ser a última vez que os franceses tentariam ocupar ou se beneficiar das riquezas do Brasil. Entre 1612 e 1615, durante a vigência da União Ibérica (1580 a 1640), ou seja, período de fusão dos impérios de Portugal e Espanha, os franceses ocuparam a região do Maranhão, estendendo suas posições até o norte do Tocantins, leste do Pará e parte do Amapá. A França Equinocial, era um empreendimento ambicioso, mas que novamente foi rechaçado pelos portugueses. O legado daquela empreitada foi a fundação da cidade de São Luís, em homenagem ao rei francês Luís XIII.

Por volta do fim do século XVII havia um grande temor por parte da população do Rio de Janeiro em relação a estrangeiros, particularmente franceses. Não era demasiado, pois ainda circulavam notícias sobre navios franceses desde o norte até Sacramento. O então governador Sebastião de Castro Caldas chegou mesmo a se incomodar com a rede de boatos que circulavam entre os residentes, sempre que navios franceses chegavam à cidade, mesmo os autorizados. *"a maior parte destes moradores que faltos de experiência com qualquer notícia de navios nesta costa, procuram segurar as suas famílias e cabedais nos matos de suas fazendas, devendo pelo contrário uma e outra coisa recolher a esta cidade, onde estão seguros de qualquer sucesso"*.

Infundados ou não, reverberados entre os colonos, aqueles boatos acabaram por se confirmar em 1710. O corsário Jean-François Duclerc, contando com quatro navios de guerra e um de transporte, cerca de mil homens, invadiu a cidade do Rio de Janeiro. A situação militar e de defesa da cidade era precária naquele período e já havia sido pedido reforço material e de pessoal, mas sem resposta do governo metropolitano. Por outro lado, sem planejamento adequado, avançando pelo labirinto de ruas estreitas que compunham a cidade, e tendo se dispersado, em pouco tempo os invasores se renderam. Ao final, aproximadamente 400 franceses foram mortos e os rendidos foram presos. É possível que pela primeira vez a cidade tenha experimentado uma crise de superpopulação carcerária. A ninguém interessava manter tantos corsários aprisionados na cidade, neste sentido foi pensada a transferência para Pernambuco, mas depois deliberou-se enviar alguns à Bahia. Quanto a Duclerc, pelo seu status junto à coroa francesa, foi mantido sob guarda em uma casa residencial até que foi misteriosamente assassinado. A invasão de Duclerc foi rechaçada não por mérito dos defensores portugueses, mas pela total incompetência dos invasores.

A população ainda não havia esquecido o ocorrido em 1710, quando às primeiras horas da manhã de doze de setembro de 1711 e sob neblina, uma esquadra francesa comandada por René Duguay-Trouin, formada por dezessete navios, mais de seis mil homens e 728 canhões, rompeu a entrada da Baía de Guanabara. Apesar dos avisos terem chegado com antecedência suficiente, aparentemente a displicência das posições de defesa proporcionou fácil acesso aos invasores. Após dois dias de bombardeios, 3800 franceses desembarcam e passaram a controlar mais posições defensivas portuguesas. Quanto ao

governador Francisco de Castro Morais, após reunião com o Conselho de Guerra, resolveu abandonar a cidade. Mesmo sendo informado que reforços vindos de Minas Gerais já se aproximavam do Rio de Janeiro, em auxílio à recuperação da cidade, o governador negociou o pagamento do resgate da cidade, acordado em 610 mil cruzados, 100 caixas de açúcar e 200 bois. Após quase dois meses de ocupação, os navios de Duguay-Trouin deixam o Rio de Janeiro com porões cheios e com os remanescentes da invasão malsucedida de Duclerc resgatados. Não poderia o Rio de Janeiro contar apenas com a sorte duas vezes seguidas, pela primeira vez a cidade foi vítima da covardia de um governador ante a ação de malfeitores.

E as “amistosas” relações entre Brasil e França seguiam, ainda que de maneiras indiretas. No final de 1807, durante um período conturbado para a Europa, em plena expansão territorial francesa sob o governo de Napoleão Bonaparte, obrigados ao bloqueio continental imposto à Inglaterra, e após longas negociações entre Portugal e França e, paralelamente entre Portugal e Inglaterra, ficou decidido que a corte portuguesa partiria rumo ao Brasil. As tropas francesas chegaram a Lisboa ainda a tempo de testemunhar os navios portugueses e ingleses na linha do horizonte, rumo ao Brasil.

A chegada da corte ao Brasil em janeiro de 1808, representou o início de profundas mudanças políticas, econômicas e sociais para o Brasil, em especial para o Rio de Janeiro. De forma bastante resumida podemos dizer que a presença de Dom João VI no Brasil possibilitou a manutenção da integridade do território brasileiro e, de certa forma, criou as condições necessárias para que, quando retornaram à Europa em 1821, o Brasil estivesse muito próximo de sua independência. Quem diria que tendo buscado ocupar e se beneficiar das riquezas brasileiras por três séculos, a França acabaria por colaborar para a manutenção da grandeza, para a independência e soberania do Brasil. A História é às vezes um tanto irônica.

Entre os anos de 1961 e 1963 os jornais brasileiros e franceses davam notícias de uma guerra entre os dois países: a guerra das lagostas. O fato se deu após pescadores brasileiros denunciarem a presença de embarcações de pesca francesas em águas territoriais brasileiras no litoral de Pernambuco. A crise comercial se expandiu para um embate diplomático entre as duas nações, quase chegando a um enfrentamento naval, visto que a França deslocou e manteve em prontidão um contingente naval em área próxima àquela sob litígio. A crise foi contornada gradativamente em função do prejuízo causado aos armadores franceses que não conseguiam capturar as lagostas, já que precisavam se manter fora dos limites da plataforma continental brasileira. Enfim, sem um conflito de fato, os interesses comerciais brasileiros prevaleceram diante de mais uma ação “corsária” francesa no litoral brasileiro.

Chegando a 17/11/2020, o Jornal de Brasília apresentava em sua edição digital o seguinte título: *“Alemanha e França compraram madeira ilegal do Brasil, indicam ações da PF; Bolsonaro ameaça europeus”*. Segundo a reportagem, a Operação Arquimedes da Polícia Federal, deflagrada em 2017,

conseguiu apreender 120 contêineres com 2.400m³ de madeira ilegal que se destinava a empresas importadoras na França, entre outras nações europeias. Nossa madeira, nossas lagostas, enfim nossas riquezas, os séculos avançam inexoravelmente e os interesses exploratórios franceses permanecem.

Em reunião de cúpula de potências econômicas realizado em Biarritz na França em 2019, o presidente Emmanuel Macron afirmou que a Amazônia é um “*bem comum*” e pediu mobilização do G7 contra o desmatamento, os incêndios e no reflorestamento. Já o ministro do Comércio Exterior da França, Franck Riester, em audiência diante do Senado francês, declarou que “*a Amazônia não é só dos brasileiros*”. Se nos séculos anteriores os franceses estiveram preocupados com a nossa mata atlântica, área onde abundava o Pau-Brasil, ao que parece na atualidade as preocupações se expandiram à Amazônia.

Segundo publicado em agosto de 2019 no portal R7, citando artigo de autoria do Grande Conselho dos Povos Indígenas da Guiana Francesa, “*O fogo não é o único perigo que ameaça ou destrói a Amazônia. O extrativismo é em grande parte responsável. E ficamos surpresos com a posição do presidente Emmanuel Macron, que insiste em denunciar a destruição da Amazônia brasileira ou boliviana, mas ao mesmo tempo destina 360.000 hectares de floresta para empresas de mineração multinacionais na Guiana e na Amazônia francesa*”. (Fonte: <https://noticias.r7.com/internacional/conheca-o-pedaco-da-amazonia-que-faz-parte-da-franca-28082019> em 25/06/2022)

Hypocrisie!

A presença francesa no Brasil vai muito além da culinária, da arquitetura ou dos costumes sociais. Ao longo de nossa história a França esteve ao redor de nossas potencialidades e riquezas, ao menos em três momentos a integralidade de nosso território esteve de alguma forma ameaçada, ainda que inadvertidamente Napoleão tenha nos auxiliado. Na atualidade não estamos distantes do mesmo cenário de interesses econômicos que nos acompanharam até aqui. Em pleno século XXI as embarcações francesas continuam navegando por nossas costas, e por falta de Tupinambás recorrem a novos aliados.

Estejamos atentos!

O delir do propósito

Por Pedro Costa

Antigamente era cultural o propósito, isto é, no campo do entretenimento era comum ver personas com uma motivação, um objetivo a ser cumprido, indiferentemente de qual seja.

A priori, não aparenta algo relevante, pois aquele sonho de criança muitas vezes não é algo que você realmente quer, todavia, viver à maneira Zeca Pagodinho, “Deixa a vida me levar, vida leva eu”, é um subterfúgio para acomodar-se onde está, ficam em sua zona de conforto, deixando a vida passar, sem a menor pretensão de vida.

Geralmente, acaba por passar despercebido este comportamento hodierno, embora o mesmo seja um dois principais problemas, uma vez que este está completamente emaranhado aos demais valores, desde religiosos, filosóficos, até as virtudes pessoas, pois, se nada almeja, se não pretende deixar nada para o próximo, para que melhorar, se esforçar.

Aqui, faço uma interligação de textos para maior compreensão e uma leitura sobre cada tópico referente ao assunto. Com a falta do [equilíbrio interno](#), perde-se os bons [hábitos](#), os quais adquiriam valores e cultura para seus praticantes, de modo que, ao ficar sem práticas para somar em seu conhecimento, muito menos em formar sua moral, cai-se em um dos maiores problemas físicos atuais, isto é, problemas os quais remédios surtem efeito, ou seja, não são na formação de um indivíduo, mas, em verdade, são [doenças neuropsicológicas](#).

Baseando-se nestes textos, temos um efeito em cascata e, infelizmente, é improvável que alguém sem a mínima vontade de viver, muito menos de deixar algo para o próximo, retorne aos bons hábitos, a frequentar seu templo, ler a filosofia de seus antepassados, justamente por este buscar o caminho menos árduo, mesmo que isto significa seu decaimento.

Ratifica-se tal conceito, quando até mesmo que busca uma ascensão social, pensa apenas no quanto conseguirá desfrutar da ambrosia, esperando sucumbir ao passar dos anos. Muitas vezes, tendo a oportunidade de continuar ‘ascendendo’, todavia, interrompe para torrar todas suas conquistas, podendo deixar um legado, um caminho a ser seguido para seu sucessor.

Instaurar qualquer pensamento longínquo tem sido uma tarefa penosa, as pessoas não plantam tâmaras, apenas jacas para obter resultados em poucas centenas de dias.

Entretanto, o lado contrário está disposto a morrer pela causa, ou até mais, pois estes levam os ‘valores’ de sua cultura marxista a ferro e fogo, quem não as cumpre é merecedor das mais arbitrarias penas, o que é visível principalmente em favelas, comunidades dominadas por uma guerrilha narcossocialista.

Legitimar os atos de criminosos, desde que estes façam pela causa, é a maestria dos comunistas, visto que, se fora pelo bem da proliferação desta cultura nefasta, tudo é permitido, não importando o crime cometido, todos são absolvidos, ou no mínimo, amenizados, e saindo do meio legal, os praticantes do delito nem sequer serão vistos com um olhar pejorativo, pois serão irmãos que lutam pela mesma coisa, apenas com armas diferentes, um usa a caneta, outra usa, desculpe o exemplo esdrúxulo, a bunda para rebolar na internet para ganhar palanque, e tem até os que usam literalmente armas de fogo.

Limite é uma palavra a qual estes não conhecem, todavia, não devemos tornarmos monstros para lidar com outros, uma vez que estes mentem descaradamente, basta vislumbrar a verdade objetiva que suas máscaras cairão para o povo.

Ainda que seja fácil vencê-los no campo das ideias, a batalha é árdua, pois para isto, precisamos manter tudo aquilo que citei, a fé, filosofia, hábitos, conhecimento acadêmico, isto porque não nos damos a liberdade de justificar os meios pelos fins.



A salvação da mulher não virá do movimento feminista

Por Danielly Jesus



“Jerusalém, Jerusalém, que matas os profetas, apedrejas os que a ti são enviados! Quantas vezes quis eu ajuntar os teus filhos, como a galinha ajunta os seus pintos debaixo das asas, e não o quiseste!” (Mateus 23.37).

Nesta passagem bíblica, o Senhor Jesus traz um exemplo da natureza para explicar o cuidado que queria ter para com o povo de Israel. Em diversas citações, Deus mostra que, assim como a natureza cuida de seus filhotes, Ele deseja fazer o mesmo por nós.

Contudo, na única vez em que Ele cita o ser humano como exemplo, o exemplo é diferente:

*“Acaso, pode uma mulher esquecer-se do filho que ainda mama, de sorte que não se compadeça do filho do seu ventre? Mas **ainda que esta viesse a se esquecer dele**, eu, todavia, não me esquecerei de ti.” (Isaias 49.15).* Ou seja, na única menção que o Altíssimo faz ao ser humano no tocante a cuidar de sua prole, Ele mostra que existe a possibilidade deste se esquecer.

Mas por que um ser tido como “racional” faria isto? Por que o ser criado à imagem e semelhança do Criador seria capaz de se esquecer, ou até mesmo, matar o fruto de seu ventre?

Desde os tempos bíblicos, povos pagãos entregavam seus filhos recém-nascidos para seus deuses. O mais conhecido era Moloque. Sua aparência era de corpo humano com a cabeça de boi ou leão, e no

seu ventre havia uma cavidade em que o fogo era aceso para consumir sacrifícios, especialmente dos recém-nascidos, que eram lançados vivos. Com o fortalecimento do povo hebreu e de outros reinos, tais povos foram desaparecendo, deixando o costume dessa adoração.

Após libertar o povo de Israel, Deus deu a seguinte ordem:

*“Na tua terra, **NÃO HAVERÁ MULHER QUE ABORTE**” (Êxodo 23.26)*

Para dar uma ordem tão direta, é porque não apenas os recém-nascidos eram mortos, mas também aqueles que sequer tinham saído do ventre materno.

Porém, mesmo com esta forma de “adoração” a Moloque ter se extinguido, a prática de assassinar inocentes permanece até aos nossos dias. E hoje, este sacrifício, o aborto, ganhou um nome diferente: **direitos sexuais e reprodutivos**. Esta expressão surgiu na Conferência de Cairo, em 1994. Contudo, muito antes do termo ser cunhado, o ato já era considerado “direito”.

Alexandra Kollontai, feminista e integrante do Partido Comunista, fez uma citação sobre o tema em sua obra **“O trabalho feminino no desenvolvimento da Economia”**. Para ela, a maternidade era vista apenas uma maneira de inserir novos membros para o partido. Porém, citando a lei russa que legalizava a prática do aborto, ela diz que o problema não era a prática em si, mas a “clandestinidade”:

*“Em 20 de novembro de 1920, a república operária sancionou uma lei que abolia as punições atreladas ao aborto. (...) O aborto é um problema ligado à questão da maternidade e, do mesmo modo, tem origem na posição insegura ocupada pelas mulheres (...) as “soluções” clandestinas apenas debilitam as mulheres; elas se tornam um peso sobre o governo operário, e a força de trabalho é reduzida. **Quando realizado em condições médicas adequadas, o aborto é menos prejudicial e perigoso, e a mulher pode voltar ao trabalho mais rapidamente.**”*

Margaret Sanger, fundadora da clínica de aborto Planned Parenthood, cunhou o termo “controle de natalidade”. Em 1914, ela lançou a revista “The woman rebel”, onde apregoava suas ideias feministas e tratava da “autonomia reprodutiva da mulher”. Para Sanger, a mulher deveria se libertar da “escravidão biológica”. Contudo, Sanger, eugenista e racista, inaugurava suas clínicas em bairros predominantemente negros e dizia, da maneira mais cínica:

*“**Não é necessário que circule a ideia de que queremos exterminar a população negra**”*

E mais:

*“**O controle dos nascimentos consiste, nem mais nem menos, na eliminação das pessoas inadequadas**”*

Ou seja, além de transformar o aborto em “método contraceptivo”, Sanger o utilizava para exterminar os que intitulava como “inadequados”. Infelizmente, esta prática ainda é utilizada nos dias atuais.

A Islândia, país escandinavo de cerca de 330 mil habitantes, “erradicou” a síndrome de Down do país. O que a imprensa tradicional não revela é que isto foi obtido a preço de sangue: 100% dos bebês diagnosticados com a condição ainda no útero são abortados no país. Os exames pré-natais que detectam más-formações e outras características do feto não são obrigatórios na Islândia, mas por volta de 80% a 85% das gestantes optam por realizá-los.

Sanger conseguiu o que queria: retirou das mulheres a sensibilidade materna.

Não são poucos os sites e programas de televisão que tratam do tema aborto. Dizem promover “debates” para discutir o assunto, porém isso é realizado da forma mais desonesta possível, pois nunca exibem o contraponto.

Francisco Razzo, professor de Filosofia e autor da obra “Contar o aborto”, relata em sua obra a experiência que viveu quando assistiu a um “debate” sobre o assunto:

“... uma das expressões mais usadas durante toda a conversa, e usada por todos os palestrantes da mesa, foi ‘precisamos discutir’. Perdi as contas de quantas vezes esse termo foi exaustivamente repetido. Porém, ‘precisamos discutir’ não significava naquele contexto semântico outra coisa senão ‘precisamos, com todos os meios que dispomos e com toda a energia que conseguirmos acumular, aparelhar o Estado a fim de combater a religião católica (como representação de uma cultura conservadora e retrógrada) e impor nossas pautas abortistas, progressistas e higienistas’”

Infelizmente assistimos a um caso recente de um aborto de um bebê com sete meses de gestação. Informações de um site progressista diziam apenas que uma menor, de onze anos, estava grávida devido a um estupro e que a juíza lhe havia negado o “direito” de realizar um aborto.

Porém, havia peças soltas: por que o site não disse quem era o tal estuprador? Por que não apurou se havia boletim de ocorrência contra o mesmo? E por que a juíza do caso não queria que o procedimento fosse realizado?

O que não contaram: o “estuprador” é enteado da mãe da menina; não havia boletim de ocorrência contra ele, até porque ele também é menor de idade, tendo treze anos. A mãe da menina procurou o hospital para realizar o procedimento e foi informada de que, pelas normas do Ministério da Saúde, a autorização para o aborto só é feita até a 20ª semana de gestação (a menina já estava com 22 semanas). Sabendo a juíza desta norma, solicitou que a jovem permanecesse em um abrigo e que fosse realizada uma Cesária para que o bebê fosse encaminhado para a adoção.

Bastou se tornar público o fato de que a juíza queria preservar o bebê para que as ativistas execrassem a imagem da magistrada. A bancada feminina da Assembléia Legislativa de Santa Catarina chegou a emitir uma nota de repúdio contra ela, alegando que a mesma praticou “violência” contra a

menor. No fim, infelizmente, a vontade dos adoradores modernos de Moloque foi satisfeita: Daniela Cardoso Escobar, representante do Ministério Público, exigiu que o aborto fosse realizado.

Infelizmente, a criatura, feita à imagem e semelhança de Deus, tornou-se cheia de malignidade e desejo de sangue inocente. O Cristianismo, na figura do Senhor Jesus, respeita a figura da criança e ainda diz: apenas quem for tal qual uma criança é quem herdará o reino dos céus.

Porém, o mal, na figura do paganismo e, mais recentemente, do feminismo, trata a criança como estorvo, empecilho, um ser que não faz a diferença na sociedade, que atrapalha os interesses progressistas (exemplo da visão de Alexandra Kollontai) e que trata como um “direito” eliminá-la.

A Bíblia, porém, tão difamada por estes movimentos que se dizem “defensores da mulher”, revela como de fato o feminino será salvo:

“Salvar-se-á, porém, dando à luz filhos, se permanecer com modéstia na fé, no amor e na santificação.” (1º Timóteo 2.15)

A Éris do Tio Sam

Por Leandro Costa

A deusa da mitologia grega Éris, no panteon romano chamada de Discórdia, é a divindade que representa o conflito, a disputa, a rixa ou simplesmente o aquilo que recebera o nome dado em honra a mesma em seu espectro romano.

Filha da deusa Nix, Éris era a personificação da discórdia, movendo as intrigas que geravam conflitos, sendo uma divindade muito próxima ao deus da guerra Ares.

Nos tempos atuais, não é difícil encontrar entre pessoas próximas alguém que parece ser um emissário, ou mesmo descendente, da divindade greco-romana, haja vista, a predisposição que determinados indivíduos parecem ter para criar ou alimentar conflitos.

Por vezes observamos traços da deusa em pessoas próximas e outras em autoridades ou celebridades, que parecem ter um dom nato para semear a discórdia e o conflito, criando celeumas em quaisquer lugares que estejam presentes.

Recentemente, estive no Brasil, uma figura mundialmente conhecida e, na melhor das hipóteses, intrigante, mas que, basta observar o rastro por onde passa e podemos espiar a ação de Éris. Trata-se da Victoria Nuland, ocupante do alto escalão do governo progressistas que ocupa, ainda que de forma questionável, a Casa Branca.

Sua passagem pela Ucrânia pode ter tido alguma influência no cenário atual daquele país e a passagem pelo Brasil não deixa de ser preocupante.

Lembrando que o ex-presidente Donald Trump tinha afastado tal figura do alto escalão d governo.

Não há como afirmar que Victoria Nuland tenha a missão de disseminar a discórdia, mas no jogo do poder a simples aparição de alguém que parece ter a conspiração em suas veias em terras brasileiras para, justamente, [defender o sistema eleitoral do Brasil](#), quando o governante do EUA assumiu o poder após um processo eleitoral que pós em cheque a confiabilidade do sistema daquele país, deve ser observada com a devida suspeição.

É importante que, em um momento decisivo, fiquemos atentos para que conspiradores a serviço do caos não possam tocar no timão e enviar nossa nação ao naufrágio, observando os sinais para não cairmos nos erros já experimentados por outros povos, pois, a única forma de precaver contra o mal é ter a consciência que ele sempre estará nas sombras espreitando e aproveitar-se-á da primeira oportunidade para atacar, ainda que, com as garras retraídas e com um sorriso em sua face.

Será que tivemos a visita da Éris dos tempos atuais, podendo ser o prelúdio de uma era de embates ainda mais gravosos, e os demais “filhos” da discórdia, estariam eles entre nós?

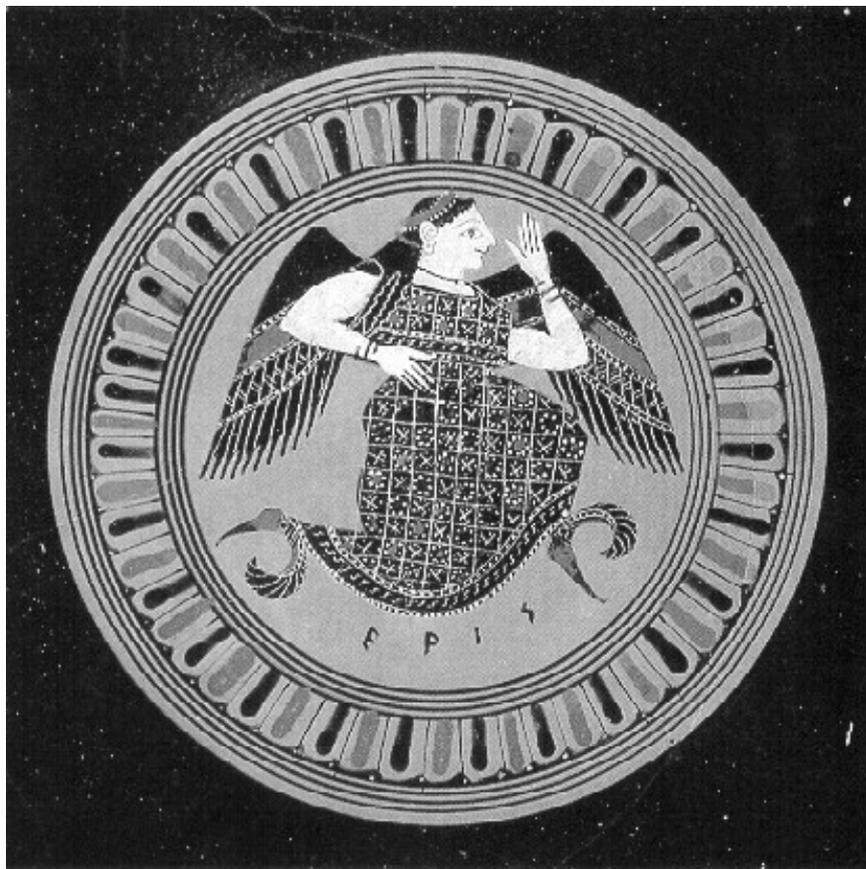
Parece que só o tempo dirá.

*“Eu fiquei em São Petersburgo
Quando vi que era a hora de mudanças
Matei o Czar e seu ministros
Anastasia gritou em vão*

*Pilotei um tanque
Tinha a patente de general
Quando a Blitzkrieg começou
E os corpos federam*

*Prazer em conhecê-lo
Acho que você já sabe o meu nome
Mas o que está te intrigando
É a natureza de meu jogo”*

Sympathy For The Devil – The Rolling Stones



No resgate da cultura humana a referência é a luz

Por Edson Araujo



Nas entre linhas da história, muitos seres humanos trabalharam, trabalham e trabalharão pelo resgate da cultura humana.

Longe de querer fazer um apanhado histórico o foco do resto é reflexivo.

Tenho conversado com muitas pessoas que se sentem desvalorizadas no seu esforço para manter de pé, o que há de cultura humana na atualidade. Estes, se sentem desanimados pela forte oposição - Não poderia ser diferente - e pelo sacrifício imposto pelo alto valor do propósito, mas o que falta à estes guerreiros para que a temperança seja uma constante em suas trilhas?

Podemos pensar que um dos itens pode ser a própria motivação, ou seja, o que os move? Se o que os move for frágil, assim será sua constância, mas se estiver apoiado em valores universais, nada nem ninguém poderá atingir negativamente sua força.

Quando me refiro ao apoio dos ideais me refiro a referência, gabarito, modelo, em fim ao que é clássico, atemporal; assim trago a luz como relação.

Em Genesis 1:3 a bíblia nos mostra que Deus disse: Haja luz, repare que prefiro o criador nos trouxe luz e nada te a ver com a luz que nos permite enxergar, pois essa luz vem dos luminares criados posteriormente e das luzes artificiais, que nada tem a ver com a primeira luz.

Considere que há a luz que nos permite ver o plano físico e a luz que nos permite enxergar o plano das ideias, ideias estas que são a essência de tudo. Nesse caso é está luz que devemos considerar, pois elas aponta para o que permanece, independente do que aconteça externamente, e assim devemos ser, como esta luz que permite ver o que está para além dos olhos físicos e por ninguém é vista; fica aqui mais uma reflexão: Alguém já viu a luz? Sabe sua forma, cor, textura, enfim...

O que podemos falar sobre a luz, se não que é algo misterioso que nos permite ver tudo, mas por ninguém é vista.

Desejo a estes luminares do resgate cultural e portanto da base da nossa existência toda a força, poder, independência e discrição desta força da natureza, fundamental, inexorável, imparável, intocável por quem quer que seja.

Assim seja tua personalidade, seja você um intelectual ou mesmo um cidadão simples como uma dona de casa (Refiro-me ao nível de atuação).

Como disse o criador, "Haja luz"!!!

Sejamos pois, luz para este momento tenebroso de nossa sociedade.

Continuaremos com a ideia exposta na próxima edição.

Que Deus abençoe nossa jornada!



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE JURISTAS CONSERVADORES

Caderno ABRAJUC

constitucionalismo experimental, isto é, sabem o Estado que irão destruir, mas não sabem qual irão construir.

As constituições passam a ter linguagens simbólicas, veja bem, racismo cultural, feminismo. Defendendo uma ideia de constituição simples, compromisso com integração do povo, embora as constituições são longas, estas são escritas de formas simples.

Há a discussão sobre quem deve ser o guardião da constituição, para Kelsen, como a constituição é um conjunto de normas que devem ser interpretadas, seguindo sua linha, o judiciário deve ser o guardião pelo costume. Para Schmitt, há duas constituições, uma que é a forma, similar a de Kelsen, e tem a Constituição, esta que seria material, fruto de uma vontade política sem conteúdo formado, portanto, um órgão político deve ser o guardião da constituição.

Dentro de nossa constituição, cabe ao STF proteger, mantendo o conceito de Kelsen, sendo uma constituição escrita, conjunto de normas.

O Judiciário entra como a maior força, justamente por tudo estar na constituição, e o guardião desta é a mais alta corte do Judiciário, portanto, a palavra final sempre será desta corte.

O ponto é, temos uma constituição Kelseniana, todavia, o STF interpreta na visão de Schmitt, como se estivéssemos em estado de exceção, onde uma vontade política sobrepõe-se às normais escritas.

Mesa Ativismo Judicial Debatedoras:



Andréa Cartaxo
Juíza de Direito



Erika Figueiredo
Promotora de Justiça



Mediador
Alexandre Meinberg
Juiz de Direito



Variedades

Sugestões culturais

Por Edson Araujo

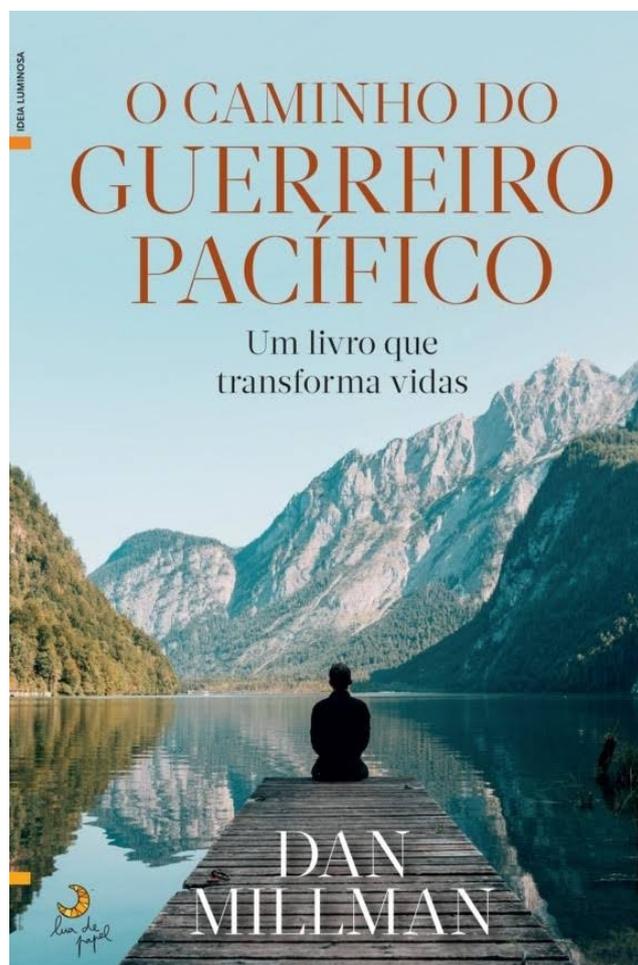
Livro:

O Caminho do Guerreiro Pacífico

A vida de Dan Millman era quase perfeita: campeão mundial de ginástica, finalista numa das melhores universidades do mundo, não lhe faltavam amigos ou namoradas. Tinha porém pesadelos recorrentes com a morte, reflexo de uma depressão que a cada ano ganhava raízes mais profundas... Numa noite de insónia, a passear ao acaso, foi atraído pelas luzes de uma pequena estação de serviço, onde encontrou um misterioso homem de cabelos brancos... Esse homem, a quem chamou Sócrates, viria a transformar profundamente a sua vida. Ao longo de uma série de encontros, pôs em causa tudo aquilo em que o autor acreditava e mostrou-lhe o verdadeiro caminho para a paz interior. O Caminho do Guerreiro Pacífico é um marco da literatura de desenvolvimento pessoal.

O livro parte do princípio de que todos nós temos um potencial muito maior do que pensamos e que, por medo ou insegurança, muitas vezes nunca o chegamos a explorar verdadeiramente.

Neste livro o autor mostra como a consciência de nós próprios (a sabedoria do corpo) e a consciência do momento presente são um primeiro passo rumo à vivência plena das nossas capacidades. Dan enfrentou os fantasmas da ansiedade, mas também provações terríveis – como um acidente de mota que lhe deixou a perna desfeita. Com a ajuda de Sócrates, acabou por redescobrir a antiga destreza física e a capacidade de amar (e de ser amado).



Filme:**Rei Arthur**

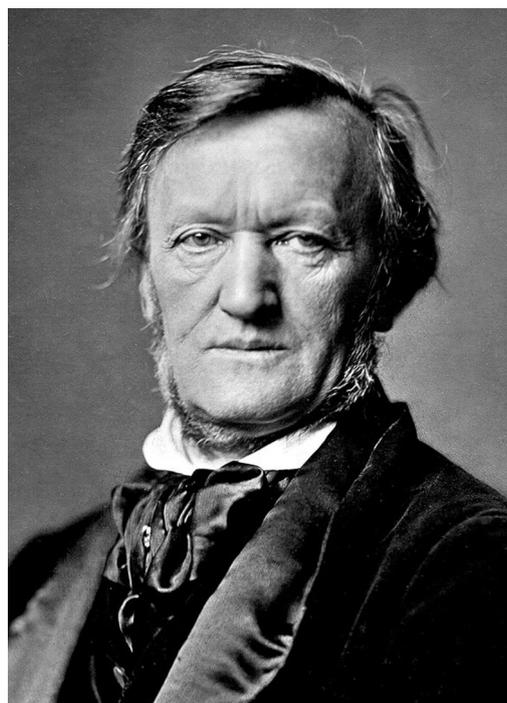
Arthur é um líder relutante que deseja retornar para Roma e viver em paz. No entanto, ele parte em uma missão de resgate ao lado dos Cavaleiros da Távola Redonda quando o exército saxão está prestes a atacar.

**Música:****Richard Wagner - Valquíria - Ato 1 ao 3 (Completa)**

Wilhelm Richard Wagner – (Leipzig, 22 de maio de 1813 —Veneza, 13 de fevereiro de 1883) foi um **maestro**, **compositor**, **diretor de teatro** e **ensaísta alemão**, primeiramente conhecido por suas **óperas** (ou "dramas musicais", como ele posteriormente chamou). As composições de Wagner, particularmente essas do fim do período, são notáveis por suas texturas complexas, harmonias ricas e orquestração, e o elaborado uso de **Leitmotiv**: temas musicais associados com caráter individual, lugares, ideias ou outros elementos. Por não gostar da maioria das outras óperas de compositores, Wagner escreveu simultaneamente a música e **libreto**, para todos os seus trabalhos.

Inicialmente estabeleceu sua reputação como um compositor de trabalhos como **Der fliegende Holländer** e **Tannhäuser**, transformando assim as tradições românticas de **Carl Maria von Weber** e **Giacomo Meyerbeer** em um pensamento operístico de seu conceito de **Gesamtkunstwerk**. Isso permitiu atingir a síntese de todas as artes poéticas, visuais, musicais e dramáticas e foi anunciada uma série de ensaios

[Clique na imagem e ouça](#)



entre 1849 e 1852. Wagner percebeu esse conceito mais plenamente na primeira parte do monumental ciclo de quatro partes da ópera [Der Ring des Nibelungen](#). Entretanto, seus pensamentos sobre a importância da música e drama mudaram novamente e ele reintroduziu algumas formas tradicionais da ópera em seu último estágio de trabalhos, incluindo [Die Meistersinger von Nürnberg](#).

Wagner foi o pioneiro em avanços da linguagem musical, tais como o cromatismo extremo e a rápida mudança dos centros tonais, que muito influenciou no desenvolvimento da música erudita europeia. Sua ópera [Tristan und Isolde](#) é algumas vezes descrita como um marco do início da música moderna. A influência de Wagner vai além da música, é também sentida na filosofia, literatura, artes visuais e teatro. Ele teve sua própria casa de ópera, o [Bayreuth Festspielhaus](#). Foi nessa casa que *Ring* e *Parsifal* tiveram suas *premières* mundiais e onde suas obras mais importantes continuam a ser produzidas até hoje, em um festival anual dirigido por seus descendentes. Sua extensa obra sobre música, drama e política tem atraído extensos comentários, em recentes décadas, especialmente onde existe o conteúdo [anti-semita](#).

Wagner conquistou tudo isso, apesar de viver até suas últimas décadas em exílio político, amores turbulentos, pobreza e fuga de seus credores. O impacto de suas ideias pode ser sentido em muitas artes do longo de todo o [século XX](#).

Poema:
Rubem Alves

Disseste tudo ao dizer:
Quando a ausência de mim
Fizer presença em meu ser,
Visitarei a mim mesmo,
Para não me afastar de você.

Quando o peso do dever
Em mim soterrar a alma
Entre os escombros da vida,
Quero flutuar qual pluma
Na leve brisa da calma.

Quando o dizer tiver o poder
De revelar o que não quero,
Paro a pluma, guardo a voz,
Me rebelo no silêncio

Para me manter sincero.

Antes da noção do certo
Se revelar um engano,
Saio do cotidiano:
Adentro em outras rotinas,
Noutros mares vou pescar.

Não quero porto seguro,
Só âncora, vela e mar.
Âncora para ser meu porto,
Vela para me levar,
Mar para, no litoral,
As minhas ondas quebrar.

REVISTA CONHECIMENTO & CIDADANIA



**Inscreeva-se no
canal!**

Para ajudar a continuarmos com este trabalho, doe qualquer quantia: PIX: 28.814.886/0001-26

Origem da Praça Seca Bairro de Jacarepaguá

Por Munique Costa



A jaqueira centenária da Rua Baronesa em frente a Rua Içá é do tempo do Dr. Bernardino Marques da Cunha Bastos, falecido em 1910, engenheiro responsável pelos arruamentos da região. A árvore ficava dentro da sua propriedade, que ia até a Rua Japurá, na época chamada de Rua Adelaide, em homenagem à sua esposa.

A região cortada pela Rua Cândido Benício chamava-se nos séculos passados e até início do século XX de Vale do Marangá. Essa várzea é formada a leste pelos morros da Bica, Inácio Dias e da Reunião. A oeste pelo Morro do Valqueire, pertencente à Serra do Engenho Velho: e, ainda, com isoladas elevações conhecidas como Morro da Chacrinha (na Estrada Comandante Luís Souto), Morro Santa Rosa (situado entre as ruas Cândido Benício e Francisco) e Morro do Silveira (na Rua Quiririm). No século XIX, o Morro da Bica (hoje, Fubá) tinha o nome de Marangá.

A palavra marangá vem do tupi-guarani e significa campo de batalha ou lugar de combate. A origem desse topônimo remonta os tempos do Brasil colonial. É possível que alguma das batalhas entre portugueses e índios, estes fugindo do litoral para o sertão, ocorreu na região da Praça Seca. Outra hipótese é sobre a expedição de 1710 do francês Jean François Duclerc, que desembarcou em Guaratiba e fez penosa marcha pelo caminho de Jacarepaguá, onde teve muitas perdas em combates, antes da derrota final na entrada da cidade do Rio de Janeiro. Historiadores afirmam que ele passou pelo local da atual Estrada Grajaú-Jacarepaguá, pois lá foram encontrados, durante sua construção, canhões franceses daquele período. Porém, o francês tinha cerca de mil homens e um guia preto conhecedor profundo de Jacarepaguá. Assim, é viável que Duclerc enviasse outra frente pela atual Rua Cândido Benício, e ali

acontecesse lutas de resistência. Talvez, uma das duas hipóteses seja a causa da origem do topônimo Vale do Marangá.

A colonização das terras de Jacarepaguá começou no final do século do descobrimento do Brasil. Após a fundação da cidade do Rio de Janeiro em 1565 por Estácio de Sá, sobrinho do Governador Mem de Sá, e a expulsão definitiva do Francês Villegagnon, outro sobrinho de Mem de Sá governou o Rio de Janeiro: Salvador Correia de Sá. Filho de Felipa de Sá, irmã de Mem de Sá, e de Gonçalo Correia de Sá, ele exerceu o cargo de governador em dois períodos: de 1567 a 1572 e de 1578 a 1598. Quase no final do seu último governo, em setembro de 1594, concedeu aos filhos Martim e Gonçalo duas sesmarias em Jacarepaguá. A sesmaria do Gonçalo Correia de Sá compreendia as terras desde a Barra da Tijuca, passando pela Freguesia e Taquara, até o Campinho. A sesmaria do Martim Correia de Sá era do Camorim até o Recreio dos Bandeirantes, incluindo a grande faixa litorânea. O Gonçalo ocupou sua sesmaria no ano da concessão, fundando engenhos de açúcar. O Martim, ao contrário, dedicou-se a política, inclusive, foi governador do Rio de Janeiro nos períodos de 1602 a 1608 e 1629 a 1632. Por isso, deixou praticamente abandonada a sesmaria de Jacarepaguá. Esses fatos são os responsáveis pela transformação rápida das terras do Gonçalo em complexo urbano, enquanto as do irmão Martim até os dias de hoje ainda têm grandes vestígios rurais.

O topônimo Jacarepaguá deriva-se de três palavras do tupi-guarani: yakare (jacaré), upa (lagoa) e guá (baixa) - "a baixa lagoa dos jacarés". Na época do descobrimento e da colonização, as lagoas da Baixada de Jacarepaguá eram repletas de jacarés, daí o nome. Quando Gonçalo Correia de Sá fundou os primeiros engenhos na atual Freguesia, começou a surgir habitações nas imediações, principalmente onde hoje é a Porta D'Água (Largo da Freguesia). Esse povoado recebeu o nome de Jacarepaguá, em virtude da proximidade das lagoas. Ao passar dos anos, as terras vizinhas também foram chamadas pelo mesmo nome. Nas primeiras décadas do século XVII, a Porta D'Água possuía razoável densidade populacional. Na época, Gonçalo Correia de Sá desmembrou parte da sua sesmaria em foros, surgindo, assim, grandes propriedades. Numa delas, na fazenda do Padre Manuel de Araújo, ergueu-se, também no século XVII, no alto de um penhasco, a Igreja Nossa Senhora da Pena. Com o desenvolvimento do lugar, foi criada, em 6 de março de 1661, a freguesia de Nossa Senhora do Loreto de Jacarepaguá. Essa freguesia foi a quarta do Rio de Janeiro. A primeira foi a freguesia de São Sebastião, instituída no dia 20 de janeiro de 1569, quatro anos após a fundação da cidade. A segunda, em 1634, foi a da Candelária. E a terceira foi a freguesia de Irajá em 1644. A matriz da freguesia de Nossa Senhora do Loreto foi construída em 1664 pelo Padre Manuel de Araújo.

As terras de Jacarepaguá eram ligadas com a freguesia de São Sebastião (atual Centro da Cidade) pelo caminho da Fazenda de Santa Cruz (propriedade dos jesuítas). No século XVIII, a fazenda passou a pertencer à Coroa Portuguesa, quando era governador do Rio de Janeiro Gomes Freire de Andrada, o

Conde de Bobadela. Então, o caminho recebeu o nome de Estrada Real de Santa Cruz, cuja denominação durou até 1917, no governo do Prefeito Amaro Cavalcânti, quando seu longo trecho mudou para outras designações, muitas existentes nos dias de hoje: Rua São Luís Gonzaga, Avenida Suburbana (2) , Rua Coronel Rangel (em 1950, mudou para Avenida Ernâni Cardoso), Estrada Intendente Magalhães (em 1962, cedeu parte para a atual Avenida Marechal Fontenele), Avenida Santa Cruz e Avenida Cesário de Melo (nome dado em 1930 a antigo trecho da Avenida Santa Cruz). A Estrada Intendente Magalhães, inclusive, foi trecho inicial da antiga Estrada Rio São Paulo de 1928 a 1950.

Na altura da antiga Fazenda do Campinho, de propriedade de Dona Rosa Maria dos Santos no século XIX, existia um entrocamento, que deu origem ao Largo do Campinho nos tempos coloniais. Esse cruzamento ligava a Estrada Real de Santa Cruz a duas regiões distintas: com a freguesia de Irajá ao norte e com a freguesia de Nossa Senhora do Loreto ao sul, pela antiga Estrada de Jacarepaguá (atual Rua Cândido Benício). Após o Tanque, o viajante seguia pela Estrada da Freguesia (hoje Avenida Geremário Dantas). A Estrada de Jacarepaguá atravessava todo o Vale do Marangá, que por isso também acabou fazendo parte de Jacarepaguá. O vale era passagem obrigatória dos tropeiros e carruagens, que se dirigiam da freguesia do Loreto para Irajá ou para a cidade. O Largo do Campinho estava na rota dos que vinha de São Paulo e Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro. Lá existia famosa estalagem, onde hoje é a garagem e posto de gasolina Rio- São Paulo. Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, pernoitou diversas vezes nessa hospedaria. Inclusive, no dia 9 de maio de 1789, dormiu lá pela última vez, quando se dirigia da Vila Rica (hoje, Rio Preto) para o Rio de Janeiro. No dia seguinte foi preso na Rua dos Latoeiros (atual Rua Gonçalves Dias) e nunca mais retornou pela sua tão conhecida Estrada Real de Santa Cruz. Só saiu da prisão para o enforcamento no dia 21 de abril de 1792.

As duas sesmarias de Jacarepaguá passaram a ter um único proprietário ainda no século XVII. Após a morte de Gonçalo Correia de Sá, a sua mulher e filha, respectivamente, Dona Esperança e Dona Vitória, venderam as terras do esposo e pai, em 1634, para o General Salvador Correia de Sá e Benevides, filho de Martim Correia de Sá e sobrinho de Gonçalo. O general também herdou a outra sesmaria, com o falecimento do pai em 1636. Assim, ele ficou dono absoluto de toda a região, inclusive o Vale do Marangá. O General Salvador Correia de Sá e Benevides, depois da compra da parte do seu tio Gonçalo, passou a morar na casa-grande do Engenho D'Água, que ficou sendo a sede de todas as propriedades. Naquele tempo, Jacarepaguá já estava bastante dividido em foros. Na segunda metade do século XVII, ele fundou, no Vale do Marangá, a Fazenda do Engenho de Fora, situada na antiga Estrada de Jacarepaguá. O engenho de Fora estendia-se pelo lado esquerdo da estrada, do Campinho ao Tanque, incluindo as áreas dos atuais morros da Bica (Fubá), Inácio Dias e Reunião. A sede ficava numa colina atrás do atual IPASE, no Mato Alto. Junto dela, edificada no século XVII, também existia a capela de Nossa Senhora da Conceição. No século XIX, essas construções desapareceram. No mesmo lugar, em 1894, foi construída a

Vila Albano por Albano Raimundo da Fonseca Marques, que ainda exista e pode ser vista da Rua Cândido Benício.

O General Salvador Correia de Sá e Benevides faleceu em Lisboa aos 94 anos de idade, em janeiro de 1688, trinta anos depois de ter sido governador geral do sul do Brasil. Deixou as terras de Jacarepaguá para o filho Martim Correia de Sá e Benevides, que foi o primeiro Visconde de Asseca e alcaide-mor do Rio de Janeiro. Mais tarde, no século XVIII, o quarto Visconde de Asseca, também com nome de Martim Correia de Sá e Benevides e neto do General Sá e Benevides, herdou as propriedades. O quarto Visconde de Asseca, nascido em Jacarepaguá em 1698 e falecido em 1777, foi o responsável pelos primeiros vestígios de povoamento da região da atual Praça Seca. Nos meados do século XVIII, foi aberto um caminho secundário para ligar a Estrada Real de Santa Cruz com a Estrada de Jacarepaguá, a fim de diminuir o percurso entre o Engenho de Fora e as terras dos Magalhães, que margeavam as Estrada de Santa Cruz, do Campinho até Realengo. O último dono dessa fazenda foi o Tenente-Coronel Carlos José de Azevedo Magalhães. Em sua homenagem o logradouro recebeu em 1917 o nome de Estrada Intendente Magalhães. Ele foi o candidato mais votado para a Intendência Municipal (atual Câmara dos Vereadores) no ano de 1899.

No ponto da bifurcação do novo caminho com a Estrada de Jacarepaguá surgiu um largo, que recebeu o nome de Largo do Asseca, em homenagem ao dono das terras da região, o quarto Visconde de Asseca. Por metaplasmo popular houve a supressão das duas primeiras letras, e o lugar ficou conhecido como Seca, inclusive também por ter a primeira camada do solo constituída de areia. Mesmo depois de ampliada, a localidade sempre foi chamada de Praça Seca. O caminho que deu origem ao local foi designado, mais tarde, de Estrada do Macaco, em virtude de limitar parte da fazenda do mesmo nome. A Estrada do Macaco pode ser reconhecida hoje em dia pelo seu antigo trajeto: Rua Quiririm, desde a esquina da Estrada Intendente Magalhães até a Rua Luís Beltrão. A partir dessa rua até a Praça Seca. Com a morte do quarto Visconde de Asseca em 1777, as terras do Vale do Marangá (fazendas do Engenho de Fora e do Macaco) passaram a pertencer à família Teles Barreto de Menezes, ancestrais do Barão da Taquara.

Antes de comprar o Engenho de Fora e outras terras em Jacarepaguá, a família Teles Barreto de Menezes era proprietária da Fazenda da Taquara. No século XVII, o dono era Francisco Teles Barreto de Menezes, juiz de órfãos e casado com Dona Inez de Andrade Souto Maior.

No século XVIII, o domínio da fazenda passou pelos descendentes primogênitos até chegar a outro Francisco Teles Barreto de Menezes, bisavô do Barão da Taquara, que morreu no dia 13 de dezembro de 1806, alguns dias depois do falecimento da esposa, Dona Francisca Joaquina de Oliveira Brito, ocorrido em 6 de dezembro de 1806. O casal deixou seis filhos herdeiros: Luiz Teles Barreto de Menezes (avô do Barão da Taquara), Ana Inocência Teles de Menezes, Maria Rosa Teles de Menezes, Catarina Josefa de

Andrade Teles, Mariana Penha França Teles e Escolástica Maria de Oliveira Teles. Procedendo-se o inventário, coube como legítima proprietária das terras da Fazenda da Taquara a inventariante Dona Ana Inocência Teles de Menezes. Ela casou-se com João Alves Pinto, que morreu em 28 de fevereiro de 1828. Em 16 de novembro de 1836, também faleceu Dona Ana Inocência Teles de Menezes. Como não teve filho e com os irmãos falecidos, deixou como única herdeira a sua sobrinha Dona Ana Maria Teles de Menezes, filha de Luiz Teles Barreto de Menezes e Dona Maria Felicidade de Gama Freitas.

A Dona Ana Maria Teles de Menezes era casada com Francisco Pinto da Fonseca, português e comendador da Ordem da Rosa. O casal teve dois filhos: Dona Francisca Rosa da Fonseca Teles de Menezes e Francisco Pinto da Fonseca Teles, que mais tarde recebeu o título de Barão da Taquara. Dona Ana Maria faleceu em 31 de outubro de 1840, um ano após o nascimento do Barão da Taquara. Assim, o Comendador Francisco Pinto da Fonseca tornou-se dono absoluto da Fazenda da Taquara e de vários engenhos espalhados em Jacarepaguá, que os antepassados da esposa haviam adquirido através dos anos., inclusive o Engenho de Fora e a Fazenda do Macaco, no Vale do Marangá. O Comendador Pinto faleceu em 23 de fevereiro de 1865, legando todas as propriedades agrícolas para o filho Francisco Pinto da Fonseca Teles, o Barão da Taquara.

O Barão da Taquara nasceu em 25 de outubro de 1839. Quando assumiu a direção da Fazenda da Taquara tinha apenas 23 anos de idade e tornou-se dono da maioria das terras de Jacarepaguá. Possuía muitos engenhos. Os principais, além do Engenho da Taquara, eram o Engenho D'Água e o Engenho de Fora. Desde menino, era assíduo visitante da Quinta da Boa Vista, pois seu pai era guarda-roupa do Imperador Dom Pedro II. Assim, manteve laços fraternais com a família imperial, inclusive o Imperador foi seu padrinho de batismo. Mais tarde, Dom Pedro II freqüentou a Fazenda da Taquara, acompanhado da esposa, Imperatriz Dona Teresa Cristina, onde passaram muitas férias anuais. A irmã do Imperador, a Princesa Dona Leopoldina, também se hospedou na fazenda, para se recuperar de doença grave. Em 1864, o Barão da Taquara foi distinguido com o título de Moço Honorário da Imperial Guarda-Roupa. Em 1865, foi nomeado Tenente-Coronel e Comandante do 7º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional, onde atuou durante a Guerra do Paraguai. Pelos relevantes serviços prestados nessa guerra, recebeu o título de Comendador da Ordem da Rosa. O Imperador Dom Pedro II outorgou-lhe o título de Barão da Taquara em 21 de outubro de 1882, por sua dedicação ao povo de Jacarepaguá.

O Barão da Taquara realmente pode ser considerado o Patriarca de Jacarepaguá. Além das terras que doou aos empregados e amigos, ele manteve muitas escolas e consertava logradouros públicos, como aconteceu na antiga Estrada de Jacarepaguá, no Vale do Marangá. Ainda muito jovem, ele casou-se com Joana Maria Penna, com a qual nasceram os três primeiros filhos: Emília Joana, Maria Luiz e Jerônimo Pinto. Cerca de vinte anos mais tarde, em 3 de maio de 1881, esposou Dona Leopoldina Francisca de Andrade, que no ano seguinte passou a ser chamada de Baronesa da Taquara, em virtude do título

recebido pelo marido. A Baronesa nasceu no dia 1º de agosto de 1862. Seus pais (José Nogueira de Souza e Ana Teresa de Andrade Souza) possuíam grandes propriedades em Santa Cruz. Foi lá que conheceu o Barão da Taquara, que, além das terras de Jacarepaguá, tinha campos de criação de gado em Santa Cruz. Com a Baronesa da Taquara, nasceram mais dois filhos do Barão: em 1882, Francisco Pinto da Fonseca Teles; e, em 1884, Ana Teles. Esta casou-se com Alfredo Rudge e teve três filhos: Francisco José, Elza e Raul. Francisco Pinto da Fonseca Teles, que se formou em medicina, casou-se com a sobrinha Maria Emília Marques, filha de Emília Joana. Desse matrimônio, nasceu um único filho: Francisco Taquara da Fonseca Teles.

O Barão da Taquara faleceu aos 78 anos de idade, no dia 30 de agosto de 1918, em sua residência da cidade, no Largo do Paço (atual Praça 15 de Novembro). No dia seguinte, houve missa de corpo presente na capela da Fazenda da Taquara. À tarde, foi sepultado no Cemitério do Pechincha no jazigo da família. Ao seu enterro, além da grande massa popular, compareceram membros do governo republicano, ministros e representantes da câmaras federal e municipal. As terras da região da Praça Seca, ele legou para os filhos da primeira mulher: Emília Joana, Maria Luiza e Jerônimo Pinto. Para a Baronesa e os dois filhos com ela, deixou as terras da Taquara, Freguesia e do resto da grande planície de Jacarepaguá. A Baronesa da Taquara continuou, durante décadas, com o trabalho filantrópico do marido.. Era chamada de "a mãe dos pobres". Ela faleceu aos 97 anos de idade, no dia 23 de dezembro de 1960. Seu filho, Francisco Pinto da Fonseca Teles, morreu anos antes, no dia 31 de julho de 1955. Sua filha, Ana Teles Rudge, faleceu aos 85 anos de idade, no dia 8 de dezembro de 1969. Atualmente, as antigas terras do Barão da Taquara estão loteadas e densamente povoadas. Mas existem as casas-sedes da Fazenda da Taquara e do Engenho D'Água, que foram tombadas pelo Patrimônio Histórico e pertencem aos seus descendentes. A casa da Fazenda da Taquara fica na Estrada Rodrigues Caldas. A casa-sede do antigo Engenho D'Água situa-se numa colina perto da Cidade de Deus, fim da Estrada do Gabinal e início da Avenida Alvorada.

As carruagens, diligências, tropas de cargas e solitários ou grupos de cavaleiros eram os meios de transportes normais para os habitantes da região da Praça Seca chegar à cidade, através da Estrada Real de Santa Cruz. A partir de 1858, com a construção da Estrada de Ferro Dom Pedro II (rebatizada em 1889, com a Proclamação da República, com o nome de Estrada de Ferro Central do Brasil), o trem passou a ser a melhor opção para essa população. Considerado a grande novidade do mundo do século XIX, o trem possuía velocidade espantosa para a época. Era de vagões de madeira e locomotiva impulsionada a vapor, que foi logo apelidada pelo povo de "maria fumaça". Com a presença do Imperador Dom Pedro II, a estrada de ferro foi inaugurada no dia 29 de março de 1858, inclusive também a estação de Cascadura, a mais próxima de Jacarepaguá. Essa estação ficava exatamente no ponto em que a Estrada Real de Santa Cruz cruzava com a estrada de ferro. Por longos anos, no local existiu uma cancela. Em

1930, no Governo do Presidente Washington Luís, foi construída a atual ponte. A inauguração da estação de Madureira foi anos depois, já na República, no dia 15 de junho de 1890.

O trem de fato revolucionou o modo de vida das populações afastadas do centro da cidade. Antes, só se locomovia para longe, a fim de tratar assuntos importantes ou trabalhar. A partir da chegada do trem, esses habitantes passaram a usá-lo em busca do lazer em lugares distantes. Em 1868, junto à estação de São Francisco Xavier, o Conde Herzberg fundou o Jockey Club. No início, eram realizadas quatro corridas de cavalos anuais, com a presença da família imperial. O povo de Jacarepaguá servia-se do trem, para ir ao hipódromo. O próprio Barão da Taquara, apaixonado pelas corridas, ia de trem com a família. Ele, inclusive, possuía cavalos no prado. Um com o nome de Macaco venceu inúmeros páreos. Em 1884, o Barão participou da fundação do Derby Club, outra entidade do hipismo, juntamente com o Dr. André Gustavo Paulo de Frontin. O Derby Club ficava situado onde hoje é o Estádio do Maracanã. Com a fusão do Jockey Club e Derby Club surgiu o atual Jockey Clube Brasileiro, na Gávea.

O primeiro trecho da estrada de ferro iniciava no Campo de Sant"Anna e terminava no Pouso de Queimados. Alguns trens, porém, só iam até Cascadura e voltavam para a estação do Campo, numa operação giratória vagão por vagão. Mais tarde, no final do século XIX, foi inaugurada a estação de Dona Clara, que acabou com o sistema giratório, pois a linha férrea saía da sua rota normal, para fazer uma grande curva em torno dessa estação, que ficava onde hoje é a Praça Patriarca, em Madureira. Essa estação foi construída na antiga chácara de Dona Clara Simões. Todas as terras de Madureira, do Campinho até a Estrada da Portela, pertenciam a Dona Rosa Maria dos Santos, era a Fazenda do Campinho. Dona Rosa faleceu em 1846. Ainda em vida, dividiu parte da sua propriedade a parentes e pessoas amigas. Uns que receberam lotes foram o inventariante Domingos Lopes Cunha e o amigo de Dona Rosa, Vitorino Simões. Mais tarde, Domingos Lopes casou-se com a filha do Vitorino, a Dona Clara Simões. Em 1937, com a eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil, a estação de Dona Clara foi desativada, já que os trens elétricos não precisavam dar a volta.

Em março de 1875, o acesso de Jacarepaguá para a estação do trem melhorou bastante, com a implantação dos bondes de tração animal, que partiam de Cascadura e atravessavam o Vale do Marangá, pela antiga Estrada de Jacarepaguá (hoje Rua Cândido Benício). A Companhia Ferro-Carril de Jacarepaguá (como era chamada) foi construída e explorada por Etienne Campos. Primeiramente, os bondes ligavam Cascadura ao Tanque. Depois, houve prolongamentos para a Freguesia e Taquara. Na época dos bondes puxados a burro, a vegetação do Vale do Marangá era muito espessa, e o clima bastante frio. O lugar hoje conhecido como Mato Alto era chamado de Sibéria, no século passado. Inclusive, no inverno, em todo o trecho da Estrada de Jacarepaguá, o nevoeiro era tão denso que nas manhãs, mesmo com sol, era difícil ver do bonde as pessoas na calçada. Na época, quem dirigia o bonde era chamado de

cocheiro. Ele conhecia os horários dos habitantes da região, parava nas portas das casas, tocava a sineta e esperava o passageiro chegar.

Em abril de 1911, a Light comprou a companhia de bondes do Etienne Campos. Nesse mesmo ano, eletrificou alguns trechos. Nos bondes elétricos, a pessoa que dirigia é claro que não podia ser denominado cocheiro. Passou a ser conhecido como motorneiro. Quem cobrava as passagens era o condutor.

Em 1912, um ano após a eletrificação, o bonde de Jacarepaguá serviu de cortejo fúnebre do líder republicano, Senador Quintino Bocaiúva. Ele possuía uma chácara no subúrbio, na estação de Cupertino, que atualmente tem o seu nome. A casa ainda existe, numa colina da Rua Goiás, quase em frente à estação. Antes de morrer, Quintino pediu para ser enterrado no Cemitério de Jacarepaguá. O féretro veio da cidade. Primeiro, no trem da Central. Depois, no bonde de Cascadura até o Pechincha, acompanhado pelo então Presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca. Os bondes marcaram época na região. Antes, só existiam eles. Depois, surgiram as lotações e, a seguir, os ônibus. O bonde 90 era o Taquara. O Freguesia era o 91. Em condições extraordinárias, colocava-se na linha o bonde 89, Largo do Tanque. O Praça Barão da Taquara era o 88 e ia até o Méier, após subir a ponte de Cascadura. Os outros retornavam de Cascadura e faziam o contorno num terreno da Rua Nerval de Gouveia. Os bondes de Jacarepaguá foram desativados no Governo de Carlos Lacerda em 1964.

O Engenho de Fora começou a perder sua unidade no princípio da segunda metade do século XIX com a abertura da Estrada do Marangá (hoje Rua Pedro Teles), que cortava grande parte do engenho. Não chegava a ser perfeita paralela à Estrada de Jacarepaguá, pois se aproximava mais de semicírculo em relação a outra. Iniciava na própria Estrada de Jacarepaguá na altura onde hoje é a Rua Capitão Menezes e terminava na mesma estrada onde atualmente se localiza o IPASE. A Estrada de Jacarepaguá, que nos primeiros tempos tinha seu lado esquerdo de ponta a ponta as terras do Engenho de Fora, nos meados do século XIX já possuía grandes áreas desmembradas, que davam fundos para a Estrada do Marangá. No lado direito, se localizava a Fazenda do Macaco, que formava quase um triângulo com as estradas de Jacarepaguá, Macaco (hoje Rua Quiririm) e Real Santa Cruz (hoje Intendente Magalhães).

O primeiro loteamento no antigo Vale do Marangá, em lotes bem menores, foi realizado no início da década de 1890 pelo Barão da Taquara. Foram abertas sete ruas e a Estrada de Jacarepaguá passou a ser chamada de Cândido Benício, homenagem do Barão da Taquara ao amigo e político mais votado nas eleições de 1892 para a intendência municipal, que residia naquele logradouro. Três das novas ruas ficavam perto do Largo do Campinho do lado direito da Rua Cândido Benício, atravessando parte das terras da Fazenda do Macaco: Comendador Pinto, Ana Teles e Pinto Teles. Em 1900, estas ruas foram prolongadas até o Morro da Bica (Fubá). As outras quatro ruas construídas pelo Barão foram: Baronesa, Barão, Emília (hoje Florianópolis) e Albano. Todas terminavam na antiga Estrada do Marangá. As ruas

Albano e Emília começavam no lado esquerdo da Cândido Benício, pois os prolongamentos para o lado direito só foram realizados em 1906. As ruas Barão e Baronesa eram as únicas que na década de 1890 atravessavam a Cândido Benício. No meio das duas, também no início da década de 1890, o Barão da Taquara construiu grande praça no lugar do pequeno Largo do Asseca (ou Seca). Naquela época, passou a ser chamada de Praça 25 de Outubro, data do aniversário do Barão.

Entre 1906 e 1909, o Barão realizou outro loteamento no Vale do Marangá, bem mais amplo do que o primeiro, surgindo dezenas de ruas nas fazendas do Macaco e Engenho de Fora. O autor do traçado foi o engenheiro Bernardino Marques da Cunha Bastos, que era sogro do Gastão Taveira e do Januário Acácio (Rei da Banha). O Dr. Bernardino foi negociante de café e delegado de polícia de Jacarepaguá. Em homenagem ao plano de arruamento do Vale do Marangá, o Dr. Bernardino hoje é nome de rua no local. Um ano após terminar o seu trabalho, no dia 9 de outubro de 1910, Bernardino Marques da Cunha Bastos faleceu. Dos novos logradouros, a Rua Capitão Menezes era a maior e se estendia por grande parte da Fazenda do Macaco e Engenho de Fora. Uma parte desse loteamento, o Barão deixou para a sua filha Emília Joana, do Mato Alto até a Rua Capitão Menezes. A outra parte, da Rua Capitão Menezes até o Campinho, para a filha Maria Luiza. O filho Jerônimo Pinto ficou com as terras do Morro da Reunião, no Tanque. Na época do loteamento, todas as ruas eram de barro, inclusive a Rua Cândido Benício, apesar da linha do bonde, que foi pavimentada no final da década de 1920. A maioria, porém, só foi calçada nos anos 50. Na década de 1910, somente três moradores da região da Praça Seca possuíam automóveis: Gastão Taveira, Francisco Albano da Fonseca Marques e Lauro Müller. Num dia de muita chuva e também muita lama, o carro do Senador Lauro Müller ficou atolado na Rua Cândido Benício em frente à fazenda do Capitão Machado. Foi preciso uma parelha de burros para tirar o veículo da lama.

Fonte: [O melhor do Bairro](#)



Caderno Direito nas Escolas

Contrato

Por Leandro Costa e Munique Costa

O contrato tem uma função social, pois dele decorre a circulação de riqueza. Pode ser também considerado uma convecção, que é um acordo entre duas ou mais pessoas com finalidade jurídica, que cria uma obrigação. Ou seja, tecnicamente, o contrato é um **negócio jurídico bilateral que cria obrigação**. Por isso, está diretamente ligado com as funções desempenhadas pelo corretor de imóveis: é por meio dos diversos tipos de contratos (compra e venda, aluguel, permuta) que o cliente, por intervenção e auxílio do corretor, celebrará um acordo de vontades.

De acordo com artigo 108 do Código Civil, a validade do negócio jurídico requer:

I – agente capaz;

II - objeto lícito, possível, determinado ou determinável;

III – forma prescrita ou não defesa em lei.

Espécies de Contratos

O **contrato típico** é aquele que tem um regramento específico prescrito no ordenamento jurídico, regulamentado pelo Código Civil. É o caso de contratos de doação e contratos de compra e venda, por exemplo.

O **contrato atípico** celebra negócios bilaterais cujo perfil não se amolda a nenhuma das espécies contratuais prescritas pelo sistema jurídico. Isso significa que é celebrado livremente, nos princípios da autonomia privada. Muitas vezes, reúnem-se elementos de vários contratos para a formação de um negócio bilateral novo.

Os negócios jurídicos podem ser unilaterais, como o testamento e a promessa de recompensa; ou bilaterais, como o contrato de empréstimo e o contrato de compra e venda.

São **contratos bilaterais** os que impõem às partes obrigações e direitos recíprocos. Por conseguinte, passam as partes a cumular, concomitantemente, a função de credor e devedor uma da outra, o que tipicamente acontece no contrato de compra e venda.

Já os **contratos unilaterais** se caracterizam por acarretar dever de prestação para apenas um dos contratantes. Típico exemplo é o testamento.



Caderno Direito nas Escolas

A doutrina conceitua o **contrato gratuito** como aquele que se contrapõe ao contrato oneroso. Nos contratos gratuitos, à prestação de uma parte corresponde apenas vantagem da outra. Exemplo é a doação. Ao contrário, em virtude do contrato oneroso, ambas as partes auferem vantagens recíprocas.

Apenas os **contratos onerosos** (aqueles em que cada uma das partes espera um prestar recíproco, atributivo de vantagens específicas de parte a parte) contêm o caráter fundamental da vida comercial, relacionado com troca e especulação.

O **contrato comutativo** é de prestação certa e determinada. Em uma compra e venda, por exemplo, o comprador sabe o valor daquilo que receberá e o preço que terá que pagar, enquanto o vendedor já sabe o valor da coisa que vendeu e o valor que recebeu por ela.

Já o **contrato aleatório** é aquele que está ligado à sorte, ao risco, ao acaso. É o caso da compra de um bilhete de loteria. O comprador paga o preço certo, cumprindo a sua prestação, mas qual será a prestação do vendedor? Ele não sabe quanto terá de pagar ou se terá de pagar, enquanto o comprador não sabe quanto receberá e se receberá.

O **contrato paritário** é aquele em que ambas as partes de comum acordo fixam as regras. Exemplo: um contrato de prestação de serviço de manutenção de condomínio.

Contrato de adesão é aquele cujas cláusulas são fixadas unilateralmente por um dos contratantes e aceitas em massa pelo outro, que nada pode reclamar. Exemplo: o contrato de abertura de uma conta em um banco já vem impresso, e o cliente nem o gerente têm o poder de alterá-lo.

O **contrato instantâneo** é aquele que se consuma em apenas um ato. Assemelha-se ao diferido, só que o ato neste é futuro. Exemplo: compra e venda à vista.

O contrato sucessivo é aquele que vai se realizando em partes. Exemplo: prestação de serviços.

O **contrato personalíssimo** é realizado em atenção ao estado de certa pessoa. Não pode ser cedido por ato entre vivos ou causa morte.

O **contrato impessoal** é aquele que não leva em conta exclusivamente o estado pessoal de certo contratante.

O **contrato individual** diz respeito ao interesse de apenas uma pessoa. Exemplo: na compra e venda, uma pessoa pode contratar outra.

O **contrato coletivo** representa uma gama de pessoas, uma coletividade. Exemplo: convenções coletivas de classe de trabalhadores.

Contratos principais têm existência própria, como de compra e venda e de locação.



Caderno Direito nas Escolas

Os **contratos acessórios** dependem dos primeiros para existirem, como é o caso, por exemplo, de uma cláusula penal.

Contratos solenes têm uma forma a ser respeitada. Exemplos: escritura pública na alienação de imóvel, testamento.

O **contrato não solene** não obedece a qualquer forma legal. Exemplos: comodato e contrato de locação.

Contratos consensuais são aqueles que perfazem com o consentimento.

Os **contratos reais** se aperfeiçoam com a tradição. Exemplos: compra de bens imóveis, depósito e comodato.

Os **contratos nominados** são previstos em lei. Exemplos: contratos de compra e venda, de doação e de locação.

Contratos inominados não têm previsão legal e exigem uma minuciosa especificação dos direitos e das obrigações de cada parte. Resultam de acordo de vontades, não tendo, porém, as suas características e requisitos definidos e regulados em lei.

Contratos mistos resultam da união de vários contratos, formando um novo contrato inominado.

Os **contratos coligados** surgem da união de outros, mas mantêm as características de seus originadores. Exemplo: contrato celebrado pelas distribuidoras de petróleo com postos de gasolina, que engloba outras questões interligadas, como fornecimento de combustível, arrendamento de bombas e locação de prédios.

"Esquecer" ou "Esquecer-se de"

O verbo esquecer só é usado com a preposição de (de – da – do) quando vier acompanhado de um pronome oblíquo (me, te, se, nos, vos), ou seja, a frase **"Eu esqueci da reunião" está errada.**

Há duas formas corretas: **"Eu me esqueci da reunião". Ou "Eu esqueci a reunião".**



"Com conhecimento se constrói cidadania!"



Redes sociais

Canal Revista Conhecimento & Cidadania

Inscreva-se e compartilhe!



Colaboradores



www.direitonasescolas.com



[@arcadiaeditora](https://www.instagram.com/arcadiaeditora)



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE JURISTAS CONSERVADORES

[@abrajuoficial](https://www.instagram.com/abrajuoficial)



[Patricio Eduardo Dias RJ](https://www.instagram.com/patricioeduardodias)

**Para ajudar a continuarmos com este trabalho, doe qualquer quantia:
PIX: 28.814.886/0001-26**

Garanta o seu!!!



Revista Conhecimento & Cidadania

A REVISTA DIGITAL DA DIREITA CONSERVADORA



Por Apenas
R\$ 19,90

Acompanhe-nos nas redes sociais

 @RevistaConhecimentoCidadania

 @revistaconhecimentocidadania

 @revistaconhecimentocidadania



Na compra do E-book da Revista ganhe o E-book: O mínimo que você deveria saber para votar em 2022.



Compre aqui

